



Número: **0801124-97.2019.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **18/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.075,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS (AUTOR)		CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22088263	18/06/2019 11:14	Petição Inicial	Petição Inicial
22088269	18/06/2019 11:14	Procuração	Procuração
22088270	18/06/2019 11:14	DOCS. PESSOAIS	Documento de Identificação
22088272	18/06/2019 11:14	NEGATIVA	Outros Documentos
22088274	18/06/2019 11:14	Ficha hospitalar	Outros Documentos
22088703	18/06/2019 11:14	LAUDO MÉDICO	Outros Documentos
22089302	18/06/2019 11:14	DOCUMENTO DA MOTO	Outros Documentos
22089325	18/06/2019 11:14	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Outros Documentos
22089339	18/06/2019 11:14	CNH DO AUTOR	Outros Documentos
22089539	18/06/2019 11:14	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos
22241958	29/06/2019 10:46	Despacho	Despacho
24594413	20/09/2019 08:03	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
24594422	20/09/2019 08:07	Expediente	Expediente
24594433	20/09/2019 08:09	Expediente	Expediente

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA __ VARA
DESTA COMARCA DE POMBAL ESTADO DA PARAÍBA**

RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob nº 085.964.794-30, RG 57.703.884-9 - SSP/SP, residente e domiciliado à Rua Projetada, s/n, Nova Vida, Pombal, Estado da Paraíba, através de seu bastante e único advogado, que esta subscreve, com instrumento de procuração anexa, endereço *in fine*[1], vem com habitual respeito e acato perante Vossa Excelência, propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT C/C REPARAÇÃO POR
DANOS MORAIS**

em face da **SEGURADA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu departamento jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031.205, pelas razões de fato e direito a seguir articuladas:

I - PRELIMINARMENTE

Requer os **benefícios da Justiça Gratuita**, por ser o requerente pobre na forma da lei e por não possuir condições financeiras de custear as despesas processuais e honorários advocatícios, sem o prejuízo do seu sustento e da sua família.

II - DOS FATOS



No dia 30/05/2018, por volta das 18:00 horas, na BR-427, próximo à lombada eletrônica, em Pombal-PB, ocorreu um acidente, do tipo colisão, seguido de queda de ocupante de veículo, com o Autor lesionado. A colisão ocorreu entre a motocicleta HONDA CG 150 FAN ESI – ANO MODELO 2013/2013 – COR PRETA – PLACA OGD 5295/PB, conduzida pelo autor e dois animais (cavalos).

O autor conduzia a motocicleta supracitada quando dois cavalos atravessaram a BR-427, colidindo com o autor, tendo este último, perdido o controle da motocicleta, caindo ao solo.

No momento da chegada da equipe da PRF ao local do acidente, a ambulância do SAMU socorreu o Condutor ao Hospital Regional de Pombal.

Passados alguns dias, o Promovente requereu, administrativamente, a indenização por invalidez permanente e danos.

Do acidente, ficou o autor acometido das seguintes patologias, conforme laudo médico acostado:

CID 10: T92.2 – SEQUELAS DE FRATURA AO NÍVEL DO PUNHO E DA MÃO;

CID 10: M25.5 – DOR ARTICULAR;

CID 10: 25.6 – RIGIDEZ ARTICULAR NÃO CLASSIFICADA EM OUTRA PARTE;

Embora acometido das sequelas acima expostas, o autor teve o seu direito totalmente negado por parte da demandada, conforme carta de negativa acostada.

Cumpra esclarecer que o autor não teve direito a absolutamente nada e a requerida negou o seguro, pela simples alegação de que não foi caracterizada invalidez permanente, embora toda a documentação juntada, prove o contrário.

Somado a isso, resta ainda salientar que a negativa ocorreu por parte da demandada, sem sequer, realizar perícia, configurando-se um verdadeiro absurdo.

Verifica-se **que ocorreu o dano moral**, pois a parte autora, acreditando receber os valores devidos, viu-se amargando pelo sofrimento de não ter atendido um direito básico seu.

Logo, nos leva a concluir pelas sequelas permanentes do autor, em face do prejuízo e do constrangimento, frustração e desamparo e diante da obrigação de pagar e da má-fé da seguradora conveniada ao consórcio DPVAT, não restou alternativa ao demandante, senão pleitear seu direito na via judicial.

III – DO DIREITO

A Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nº 8.441/92, nº 11.482/07 e 11.945/09 dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.



Em conformidade com o artigo 3º da citada Lei, danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar. Vejamos o que nos diz este artigo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifo nosso).

A parte autora buscou na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, entretanto, não teve reconhecido o seu direito, embora a Lei determine o valor de **R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) para perda total de uma das mãos, ao que se pleiteia 75% (setenta e cinco por cento) desse valor, qual seja, a quantia de R\$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco reais), correspondente ao grau de lesão de que está acometida a parte demandante**.

Salienta-se que o requerente faz jus ao valor da **Lesões**, uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos **o nexa causal entre o acidente e a lesão permanente**, pois conforme o Art. 5º da Lei 6.194/74, não há que se discutir acerca da culpabilidade da vítima no evento danoso, devendo-se reconhecer a responsabilidade objetiva, visto que o pagamento da indenização do seguro obrigatório se satisfaz diante da comprovação do acidente e do nexa causal, independentemente da aferição de culpa pelo sinistro, senão vejamos:

Art. 5º. **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso).

Ainda sobre o direito do requerente, a jurisprudência dominante do STJ orienta que em havendo debilidade permanente no segurado, cabe a este o direito de receber da seguradora **a indenização, desde que haja a comprovação do acidente e seja configurado o caráter permanente da lesão sofrida, não havendo necessidade de comprovação de pagamento do DUT, tampouco de graduação da debilidade**, senão vejamos:



“A lei não distingue a invalidez permanente em total ou parcial, ou seja, não perquire se leve ou grave a debilidade, bastando a configuração da permanência.

A jurisprudência assim já se posicionou afirmando que, mesmo caracterizada debilidade permanente em grau mínimo, é devida a indenização”. (TJDF – 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, ACJ n. 2001.01.1.095419-9, Relator Juiz Benito Augusto Tiezzi, julgado em 08/05/2002)”. (2º JEC, COMARCA DE JOÃO PESSOA, PROCESSO DE Nº 200.2005.008.340 – 7) (no mesmo sentido: processo nº 200.2005.060.373 – 3, 1º JEC, Comarca João Pessoa). (grifo nosso).

IV. 1- DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Como se não bastasse, os valores a menor **NÃO FORAM ATUALIZADOS** desde a data do sinistro, como determina a jurisprudência pátria:

“ACIDENTE DE VEÍCULO – INDENIZAÇÃO

-Sentença - Fundamentação sucinta - Nulidade -Inocorrência - Art. 458 do CPC - Motorista que para o caminhão na rodovia de forma imprudente - Culpa Comprovada - Reparação devida - Indenização por danos morais reduzida para 200 salários mínimos - Pensão mensal devida na proporção de 1/3 até a data em que o filho completaria 65 anos - Abatimento da indenização por danos morais do pagamento do seguro DPVAT - Indevido - **Incidência dos juros de mora a partir da data do acidente.**

(TJSP – APL 992070411920 – 35ª Câmara de Direito Privado – Relator: Melo Bueno – Julgado em 15/03/2010).” (grifo nosso).

No que tange a respeito da correção monetária, é certo adotar a data do evento danoso, pois como se sabe, a correção monetária não constitui parcela que se agrega ao principal, mas simplesmente recomposição do valor e poder aquisitivo deste. Tratando, apenas, na verdade, de nova expressão numérica do valor monetário aviltado pela inflação, pois quem recebe com correção monetária não recebe um “plus”, mas apenas o que lhe é devido, em forma atualizada.

Este é o entendimento do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE REGULARIDADE FORMAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 182/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. PROPORCIONALIDADE. - Nas razões do agravo regimental, devem ser expressamente impugnados os fundamentos lançados na decisão hostilizada. Incidência da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.



II - "A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento." (REsp 788712/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 9.11.09).

III - Em âmbito de recurso especial não há campo para se revisar entendimento assentado em provas, conforme está sedimentado no enunciado 7 da Súmula desta Corte.

IV - Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade.

V - Agravo Regimental improvido.

(STJ, AgRg no Ag 1368263 - GO, Ministro SIDNEI BENETI, DJe 03/06/2011). (grifo nosso).

Portanto é justo que a correção monetária seja devida desde a data do acidente, ou seja, do efetivo prejuízo, para preservar o poder de compra do valor da indenização e, conseqüentemente, evitar o enriquecimento ilícito ou sem causa da seguradora. Assim sendo, é correta a incidência de atualização monetária e dos juros de mora desde a data do sinistro, qual seja **30/05/2018**.

V - DO DANO MORAL

Verifica-se que o ato de sonegação parcial de indenizar o valor integral previsto na lei do Seguro Obrigatório – DPVAT (art. 3º, alínea a da lei 6194/74) configura ato ilícito, o que decorre, nos termos dos art. 186 e 927 do CCB vigente c/c art. 6º, VI do CDC, a obrigação de indenização pelo dano causado, *in verbis*:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

I – *omissis*.

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;



Ad argumentandum, que a eventual alegação por parte da PROMOVIDA de que a parte AUTORA deu quitação do valor estipulado no contrato de seguro não pode hipótese alguma prosperar, haja vista que conforme dita o art. 25 do Código do Consumidor Brasileiro e demais legislações aplicáveis à espécie há vedação expressamente a estipulação contratual que exonere ou atenua a obrigação de indenizar.

Por conseguinte, observa-se que já é pacífico tanto na doutrina quanto na jurisprudência que a responsabilidade do causador por dano moral decorre tão simplesmente do fato do ato ilícito, sem necessidade de se provar prejuízo amargado, senão vejamos jurisprudência do STJ:

“A concepção atual da doutrina orienta-se no sentido de que a responsabilização do agente causador do dano moral opera-se por força do simples fato da violação. **Verificado o evento danoso, surge a necessidade de reparação, não havendo que se cogitar da prova do prejuízo, se presentes os pressupostos legais para que haja a responsabilidade civil.** Desse modo a responsabilização do ofensor origina do só fato da violação do “*neminem laedere*”. Significa, em resumo, que o dever de reparar é corolário da verificação do evento danoso, dispensável, ou mesmo incogitável, a prova do prejuízo”.

(STJ – 4ª Turma – Resp. nº 23.575 – DF – Rel. César Asfor Rocha - 9.6.97 – DJU 1.9.97 – Repert. INOB de J. 20/97, Cad. 3, p. 395, nº 13678, e RST 98/270). (grifo nosso).

Tendo em vista os malsinados atos praticados pela ré que, se aproveitando da condição de hipossuficiência do demandante, infringiu a lei para obter um lucro maior, assim como em razão da equação utilizável em todos os Tribunais pátrios, consistente na razão de que a indenização deve ser o suficiente a desencorajar o autor do dano a praticar novamente a mesma conduta sem causar o enriquecimento sem causa da vítima com o pagamento de indenização, aponta-se como parâmetro para o arbitramento do valor de indenização a título de dano moral, o valor da diferença entre o valor a que tem direito e o efetivamente recebido do seguro.

VI – DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA:

No caso em tela temos que a relação entre a seguradora e o destinatário final da indenização do seguro DPVAT caracteriza-se como uma relação de consumo, já que estão presentes todos os elementos subjetivos e objetivos da relação, descritos nos art. 2º e 3º do CDC.

Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

(...)



VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Desse dispositivo depreende-se que havendo hipossuficiência do consumidor, é direito básico seu a facilitação da defesa de seus direitos **com a inversão do ônus da prova**. Trata-se do Princípio da Isonomia, pois o consumidor é a parte mais fraca e vulnerável na relação de consumo, devendo ser tratado de forma diferenciada, a fim de que seja alcançada a igualdade real entre os participantes da relação de consumo.

Assim, visando a economia processual, requer, desde já, o deferimento do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a PROMOVIDA seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório – DPVAT recebidos pela parte AUTORA, vez que toda documentação aludida ao processo ficou retida com a seguradora.

VII - DA JURISPRUDÊNCIA:

A legislação do seguro obrigatório não faz qualquer diferenciação entre invalidez total ou parcial. Tal lei apenas exige, para que o lesionado faça jus ao recebimento da indenização, em seu limite máximo, que a invalidez tenha sido permanente. Destarte, ainda que se trate de invalidez parcial, desde que seja permanente, o lesionado tem direito ao recebimento integral da indenização, conforme artigo 3º inciso II, da Lei 6.194/74, já que esta não faz distinção quanto ao alcance da invalidez.

A jurisprudência pátria já se manifestou favoravelmente ao pagamento de indenização no limite máximo permitido pela legislação específica em caso de lesão que culminou em debilidade ou deformidade permanente da vítima, em situação análoga a seguir transcrita:

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM 10.08.2008. SUSCITADA A ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM SOB O ARGUMENTO DE QUE O AUTOR DEVERIA AJUIZAR A DEMANDA EM FACE DA SEGURADORA QUE ATUA COMO ADMINISTRADORA DO SEGURO OBRIGATÓRIO. INSUBSISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE DE TODAS AS SEGURADORAS QUE OPERAM NO SEGURO DPVAT. INTELIGÊNCIA DO ART. 7º DA LEI N.º 6.194/74. ALEGADA A CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR EM DECORRÊNCIA DA PLENA QUITAÇÃO DADA PELO BENEFICIÁRIO. RECIBO DA QUANTIA EFETIVAMENTE PAGA QUE NÃO IMPORTA RENÚNCIA AO DIREITO DE POSTULAR EM JUÍZO A DIFERENÇA. ARGUIDA A FALTA DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA ATRAVÉS DE LAUDO MÉDICO. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE OUTRA PERÍCIA MÉDICA. PRELIMINARES AFASTADAS. **INDENIZAÇÃO DEVIDA NO VALOR DE R\$ 13.500,00. QUANTIA ARBITRADA PELO JUÍZO A QUO COM BASE NAS ALTERAÇÕES DA LEI N.º 6.194/74 REALIZADAS PELA LEI N.º 11.482/07. NORMAS DA CNSP E DA SUSEP. INAPLICABILIDADE. IRRELEVÂNCIA DA EXTENSÃO DA INCAPACIDADE LABORATIVA DO SEGURADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. FIXAÇÃO DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO FEITO A MENOR. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA RÉ CONFIGURADA. RECONHECIMENTO EX OFFICIO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.**



Para pleitear a complementação do pagamento de indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, pode o beneficiário ingressar em juízo contra qualquer seguradora integrante do convênio, mesmo que o pagamento parcial tenha sido realizado por empresa diversa.

A quitação passada pelo beneficiário do seguro obrigatório em valor menor do que o efetivamente devido não impede a pretensão daquele à complementação da quantia que lhe é garantida por lei e por isso, não há como reconhecê-lo carecedor de ação.

No Estado Democrático de Direito não há permissão para que os órgãos como a SUSEP, editem resoluções que criem ou restrinjam direitos e obrigações, mesmo porque, estar-se-ia colocando aquela norma infralegal na mesma hierarquia de uma lei emanada do Poder Legislativo, decorrentemente do princípio da reserva legal. Em suma, os princípios da reserva legal e da hierarquia das leis não se coadunam com qualquer iniciativa legislativa que inove (modifique ou suprima), sem observância do devido processo legislativo, núcleo da democracia representativa.

Se a lei instituidora do DPVAT não estabelece distinção entre o grau de invalidez (total ou parcial) a vítima de acidente de trânsito, para efeito de pagamento de indenização securitária, é de se ter como absolutamente correta e justa a interpretação que estabelece o pagamento integral da referida verba, que a teor do art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, na redação da Lei nº 11.482/07, deve correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). E onde a lei expressamente não distingue ou restringe, falece ao julgador interpretar e concluir nesse sentido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2010.002854-2, da comarca de Itajaí (1ª Vara Cível), em que são apelantes BCS Seguros S/A e outro, e apelado Carlos Alberto dos Santos: ACORDAM, em Terceira Câmara de Direito Civil, por votação unânime, afastar as preliminares e, no mérito, negar provimento ao recurso e, de ofício, aplicar multa e indenização por litigância de má-fé à seguradora apelante. Custas legais. (grifo nosso) (TJSC, Apelação Cível nº 2010.002854-2, Rel. Marcus Túlio Sartorato, data 23/02/2010). (grifo nosso).

Demonstrado está o direito do autor em receber o valor de indenização de seguro obrigatório que culminou em debilidade e deformidade permanente, restando à requerida o dever de efetuar o seu pagamento, devidamente corrigido desde a data do fato.

Ademais, a jurisprudência se posiciona no sentido de que:

“Não há, para efeito de pagamento da indenização, obrigatoriedade da apresentação do laudo do instituto Médico Legal quantificando as lesões sofridas pelo segurado. Isto, aliás, fica evidenciado no § 1º do Art. 5º da Lei do DPVAT que exige, para o pagamento do seguro obrigatório, apenas registro policial do sinistro e, consequentemente, prova dos danos pessoais sofridos”. (RT 54025-2). (grifo nosso).

Por fim, a parte autora, não encontrando outra forma de solucionar o litígio, vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

VIII - DOS PEDIDOS:



Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

a) Que seja deferida a **inversão do ônus probandi em face da hipossuficiência da parte promotente** e com base na economia processual, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo relativo ao seguro obrigatório DPVAT da parte autora, vez que toda documentação aludida àquele processo ficou ali contida, podendo auxiliar no deslinde da demanda de modo mais célere, sob pena de se considerarem verdadeiros os fatos relatados na inicial;

b) A **citação da promovida**, através de AR (Correios), no endereço retro declinado, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

c) A **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, para:

c.1) Condenar a promovida a pagar a quantia que corresponde ao valor legal devido, referente ao seguro DPVAT, o que totaliza o valor de **R\$ 6.075,00 (seis mil e setenta e cinco reais)**;

c.2) Condenar a promovida a pagar, ainda, a título de danos morais, quantia de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, em razão do ato ilícito representado pela violação à Lei 6194/74 (arts. 3º, 5º, § 1º), valor este utilizado como parâmetro para arbitramento, nos termos das razões esposadas acima, valor este acrescido de correção monetária e juros de mora;

d) Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas e despesas processuais;

e) **Requer seja deferido o benefício da justiça gratuita**, por ser a parte demandante pobre na forma da lei, não podendo arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento próprio ou de sua família, de acordo com o art. 98 do NCPC;

f) Que o autor seja submetido a **PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL**, devendo os honorários periciais correrem às custas da parte vencida ao final da ação;

A parte Autora opta pela **NÃO** realização da audiência de conciliação e mediação, tendo em vista não haver proposta de acordo nessa fase.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente a prova documental, depoimento pessoal da parte autora, sem prejuízo das demais possíveis.

Dá-se a presente, o valor de **R\$ 8.075,00 (oito mil e setenta e cinco reais)**, para efeitos fiscais.



Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

Pombal - PB, 18 de junho de 2019.

BEL. CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA

OAB/PB 21.101

[1] Rua Miguel Alves da Silva, 28, Petrópolis, Pombal – PB, CEP: 58840-000, email: evandroqueiroga.adv@hotmail.com, Cel. 83-98132-0080 (vivo)/ 83 –99970-6734 (TIM)



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Otorqante: **RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob nº 085.964.794-30, RG. 57.703.884-9 SSP/PB, data de expedição 30/07/2013, domiciliado a Rua José Tavares de Araújo, 123, Santo Amaro, Pombal, Estado da Paraíba.

Otorgado: **CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA**, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 21101, Seccional da Paraíba, com endereço profissional na Rua Miguel Alves da Silva, 606, Petrópolis, Pombal – PB.

Confere poderes: Para o foro em geral, com a cláusula ad judicia – “et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo para tanto ajuizar as ações competentes, inclusive as de falência, e defendê-lo(s) nas contrárias seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para ingressar com ação ou recurso, confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, receber intimações agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar documentos, termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato, inclusive para representá-lo junto a autarquias públicas federais, estaduais e municipais, penalmente e administrativamente.

Pombal - PB, em 06 de junho de 2018.

Raniery Cleimar Lima dos Santos



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob nº 085.964.794-30, RG. 57.703.884-9 SSP/PB, data de expedição 30/07/2013, domiciliado a Rua José Tavares de Araújo, 123, Santo Amaro, Pombal, Estado da Paraíba, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Pombal - PB, em 06 de junho de 2018.

Raniercy Cleimar Lima dos Santos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8400-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

Raniery Cleimar Lima dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 57.703.884-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/JUL/2013

NOME RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

FILIAÇÃO PAULO NOBRE DOS SANTOS

E TEREZINHA LIMA DOS SANTOS

NATURALIDADE POMBAL -PB DATA DE NASCIMENTO 22/OUT/1987

DOC ORIGEM POMBAL - PB

POMBAL

CPF CN:LV.A021/FLS.0284/N.022855

ASSINATURA DO DIRETORIA IRCD SSP SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério da Fazenda

Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número

085.964.794-30

Nome

RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Nascimento

22/10/1987





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190303942

Vítima: RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Data do Acidente: 30/05/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01523/01524 - carta_04 - INVALIDEZ

00070762



Carta nº 14326578



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 000734/0 CNPJ/CPF: 08.778.268/0004-03

☐ AZUL ☐ VERDE ☐ AMARELA ☐ LARANJA ☐ VERMELHA

ENFERMARIA: _____ LEITO: _____

PACIENTE:

NOME: Raniere Cleimere Lima dos Santos
COR: _____ DATA DE NASCIMENTO: 22/10/87 IDADE: 30 SEXO: M
NOME DA MÃE: Terezinha Limer dos Santos PROFISSÃO: Pedreiro
CARTÃO DO SUS: _____ RG/CNH: _____
MUNICÍPIO: Pombal ENDEREÇO: Rua Proibida / Nova Vida
ESTADO: PB CEP: 58840-000 CODIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND: 30/05/18

SINAIS VITAIS:

PA: _____ SPO: _____ FC: _____ R: _____ HGT: _____
T: _____ PESO: _____ GESTANTE: () SIM () NÃO SE SIM, SEMANAS: _____

QUEIXAS:

MEDICAÇÃO EM USO: Insulina

ALÉRGICO: () SIM (X) NÃO SE SIM, AO QUE: Insulina

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: _____

RESULTADOS: _____

PRESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

- 1° Duquenoa 01 amp (IM) 19:20
- 2° Voltaren 01 amp (IM) 19:20
- 3° _____
- 4° _____
- 5° _____
- 6° _____
- 7° _____
- 8° _____
- 9° _____
- 10° _____
- 11° _____
- 12° _____
- 13° _____
- 14° _____
- 15° _____
- 16° _____
- 17° _____
- 18° _____
- 19° _____



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID:

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

*Xa G.B.B. constante, orientado, comunicativo, normotensão
suprindo tranquilidade por familiares nativos, de cuidados
muito x cuidado apresenta suas necessidades em M.S.G.
querendo de dar em M.S.C. e mãe e cuidadora R.
apresentando frustração em de um indicador, medicado*

ASS./COREN:

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD):

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO
☐ 2 - APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
03010600061	22	52	25	

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

Francisco de R. Lima

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO



Santa Cecília
CENTRO DE DIAGNÓSTICO



P/ RANIELY CLETON LIMA DOS
SANTOS
Largo Músculo

APRETO PARA FIM DE PENALIA MÚSCULO
QUE O PÓS-TESTE SUBSEQUENTE É PORTADOR
DE SEQUELA DE TRAUMA DE FORTÍSSIMO
YINION DE 2º QUADRANTE DO MÚSCULO
BOMBA, O MESMO FOI VÍTIMA DE AC.
DESTE DE TRÂNSITO (COLISAS MOTO - AN.
MIL) NO DIA 30/05/18. AO EXAME:
DE E LIMITADA DE AMPLITUDE DE
MOVIMENTO DE ARTICULAÇÃO DO 2º

12/01/19

Dr. Túlio Alberto de O. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9251

Rua Padre Sandoval Ferrer, S/N
Centro - São Bento / PB
Fone: (83) 3444-2946 / 9.9989-0237
@santaceciliassb Clin Santa Cecília sb

Rua Coronel João Carneiro, 368
Centro - Pombal / PB
Fone: (83) 3431-2020 / 9.9989-0097
@santaceciliapombal Santa Cecília Pombal

Rua Venâncio Neiva, 283
Centro - Catolé da Rocha / PB
Fone: (83) 3441-3567 / 9.9820-9114
@clinicasantaceciliacatole



Ortopedia do Mto Esquerdo. Sem
movimento no foco de fratura.
Região de Mto Esquerdo (30/05/18)

Exatidão: Fratura de 30% do
do Ortopedia Esquerdo com exatidão
muito na fratura notável.

No momento fratura corrigida,
pronta para em físico terapia.
Atm da ortopedia

CID 10: T92.2 / M25.5
M 25-6

Pomem 12/01/19

Dr Túlio Alberto de O. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9251

2018 01/01/19 11:13:42
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061811134126700000021447181
Número do documento: 19061811134126700000021447181





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES		DETTRAN - PB Nº 013931243523	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
VIA	COD. RENAVAM	EXERCÍCIO	DATA EMISSÃO
1	005465330-5	2018	11/06/2018
NOME		PLACA	
CARLOS ANTONIO GOMES JUNIOR		OGD5295/PB	
PLACA ANT / UF		CHASSI	
NOVO	PB	9C2KC1670DR496405	
ESPECIE TIPO		COMBUSTIVEL	
PAS/MOTOCICLE/NAO		ALCO/CASOL	
MARCA / MODELO		ANO FAB. / ANO MOD.	
HONDA / CG 150 FAN EST		2013 / 2013	
CAP / POT / OIL	CATEGORIA	COR PREDOMINANTE	
2 P/149 / CI	PARTIC	PRETA	
COTA UNICA		VENC. COTA UNICA	
00/00/0000		1º 2º 3º	
FAIXA LPVA	PARCELAMENTO / COTAS	DATA DE PAGAMENTO	
*****	0	11/06/2018	
PREMIO TARIFARIO (R\$)		PREMIO TOTAL (R\$)	
*****	SEGURO	P A G O	
OBSERVAÇÕES		SEM RESERVA DE DOMINIO	
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA		0	
LOCAL		DATA	
POMBAL - PB	11/06/2018	14214	
41581		14214	
Assinado eletronicamente por: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA		Assinado eletronicamente por: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA	

DETTRAN - PB Nº 013931243523	
BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTÉ É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.seguradoralider.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204	
VIA	OPF / CNPJ
1	10242500404
RENAVAM	PLACA
054653305	OGD5295/PB
MARCA / MODELO	
HONDA / CG 150 FAN EST	
ANO FAB.	Nº CHASSI
2013	9C2KC1670DR496405
CAT. TARIF.	
9	
PRÊMIO TARIFÁRIO	
FNS (R\$)	DENATRAM (R\$)
*****	*****
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)
*****	SEGURO
COTA UNICA	PARCELADO
S	
DATA DE QUITAÇÃO	
11/06/2018	
SEGURADORA LÍDER - DPVAT	
CNPJ 03.243.608/0001-04	
14214-0947071-20180611	



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 713/2018

Versando sobre: ACIDENTE DE TRANSITO - DPVAT

Data do fato: 30/05/2018 – 18:00 horas

Local do ocorrido: BR 427, próximo a lombada eletrônica, POMBAL -PB

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: 03/10/2018– 17:20 Horas

COMUNICANTE: RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS - **Filiação:** Paulo Nobre dos Santos e Terezinha Lima dos Santos; **Profissão:** ajudante de pedreiro; **Estado Civil:** União estável; **Naturalidade:** Pombal-PB; **Nacionalidade:** bras.; **Data de Nascimento:** 22/10/1987; **Endereço Residencial:** Rua Projetada, s/n, Bairro Nova Vida, Pombal-PB; //; **Telefone:** 83 996934621/ **Portador de RG nº** 57.703.884-9 SSP-SP. CPF 085.964.794-30

HISTÓRICO: Que afirma o comunicante que no dia e hora acima informados, conduzia o veículo MOTOCICLETA HONDA CG 150 FAN ESI – ANO/MODELO 2013/2013 - COR PRETA – PLACA OGD 5295/PB – CHASSI: 9C2KC1670DR496405, licenciado em nome de Carlos Antonio Gomes Junior; Que conduzia a motocicleta na BR 427, quando dois animais (cavalos) atravessaram a BR, provocando uma colisão com um dos animais, vindo a perder o controle da motocicleta, caindo ao solo; Que da queda o comunicante teve fratura em um dos dedos da mão esquerda, além escoriações pelo corpo; Que foi socorrido por terceiros para o HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL, onde foi atendido e recebeu atendimento; Que testemunhou o fato a pessoa de FRANCIVAN DO NASCIMENTO LIMA, CPF 084.357.984-61, residente na Rua Jose' Tavares de Araujo, 123, Santo Amaro - Pombal-PB; e FRANCIVANIA DO NASCIMENTO LIMA, CPF 087.320.244-95, Rua Projetada, s/n, Bairro Nova Vida – Pombal-PB . Que compareceu nesta Delegacia de Polícia, para registrar o fato, para fins de direito.

Pombal – PB, 03 de OUTUBRO de 2018.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. JOSÉ AROLDO ASSIS DE QUEIROGA.

OBS: O comunicante está cientificado das imputações cominadas nos artigos 299 e 340 do C. P. B.

COMUNICANTE: Raniery Cleimar Lima dos Santos

Testemunha: Francivan do Nascimento Lima

Testemunha: Francivania do Nascimento Lima

Policial responsável pela lavratura do boletim:

Manoel de Sousa Lacerda
Agente de Polícia Civil
Mat. 168345-4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1169622549

NOME
CARLOS ANTONIO GOMES JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
3412676 SSP PB

CPF
102.425.004-04

DATA NASCIMENTO
24/06/1991

FILIAÇÃO
CARLOS ANTONIO GOMES
FRANCINEIDE DOS SANTOS GOMES

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06186995524

VALIDADE
05/06/2019

1ª HABILITAÇÃO
25/09/2014

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIV REMUNERADA;

Carlton Antonio G. Júnior
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
09/10/2015

90415524468
PB031476473

ASSINATURA DO EMISSOR
Aristegui Chaves Sousa

DETRAN - PB (PARAIBA)

PROIBIDO PLASTIFICAR
1169622549



Num. 22089539 - Pág. 1



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801124-97.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO]

Autor(a): RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e arts. 8º e 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do CPC.

Certifique-se a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.

CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR ou outro meio idôneo, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, os quais arbitro desde já no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por economia processual, no prazo de defesa a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC), podendo, no mesmo prazo, apresentar seus quesitos a serem respondidos pela perícia, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

NOMEIO o Dr. **Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM/PB 8679**, cujos dados estão disponíveis na escrivania, para a realização do exame pericial, independentemente de compromisso.

Após os prazos dos itens 3 e 5, comunique-se o perito acerca da sua nomeação, por e-mail, requisitando desde já, data e horário para realização de perícia no Fórum de Pombal/PB. Com a informação intinem-se as partes para, no dia e hora indicados, comparecerem ao local de realização da perícia médica.



Cientifique-se o perito, informando-lhe de que deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, além dos seguintes quesitos do Juízo: a) Há lesão nos membros inferiores do autor que lhe cause debilidade? b) As lesões comprometem as funções de que membros? c) Qual o grau de debilidade provocada pelas lesões identificadas?

Após a apresentação do laudo pericial, intinem-se as partes para se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Adotem-se as providências necessárias ao pagamento do perito, depois de apresentado o laudo, expedindo o competente alvará ou transferindo-se os honorários periciais para conta bancária de titularidade do *expert*.

Em seguida, venham os autos conclusos.

Cumpra-se com os expedientes e diligências necessárias.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 8.075,00





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DA COMARCA DE POMBAL**

Rua: José Guilhermino de Santana, 414, Bairro Petrópolis, CEP 58.840-000 Fones: (83) 3431-2298/3113 Fax: (83) 431-3112

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em consulta aos sistemas STI/SISCOM, consulta processual do TJPB e PJE, NÃO verifiquei a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.. Dou fé.

Pombal-PB, 20 de setembro de 2019.

HAROLDO CAMILO DOS SANTOS
Técnico Judiciário





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801124-97.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO]

Autor(a): RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e arts. 8º e 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do CPC.

Certifique-se a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.

CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR ou outro meio idôneo, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, os quais arbitro desde já no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por economia processual, no prazo de defesa a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC), podendo, no mesmo prazo, apresentar seus quesitos a serem respondidos pela perícia, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

NOMEIO o Dr. **Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM/PB 8679**, cujos dados estão disponíveis na escrivania, para a realização do exame pericial, independentemente de compromisso.

Após os prazos dos itens 3 e 5, comunique-se o perito acerca da sua nomeação, por e-mail, requisitando desde já, data e horário para realização de perícia no Fórum de Pombal/PB. Com a informação intinem-se as partes para, no dia e hora indicados, comparecerem ao local de realização da perícia médica.



Cientifique-se o perito, informando-lhe de que deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, além dos seguintes quesitos do Juízo: a) Há lesão nos membros inferiores do autor que lhe cause debilidade? b) As lesões comprometem as funções de que membros? c) Qual o grau de debilidade provocada pelas lesões identificadas?

Após a apresentação do laudo pericial, intinem-se as partes para se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Adotem-se as providências necessárias ao pagamento do perito, depois de apresentado o laudo, expedindo o competente alvará ou transferindo-se os honorários periciais para conta bancária de titularidade do *expert*.

Em seguida, venham os autos conclusos.

Cumpra-se com os expedientes e diligências necessárias.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 8.075,00





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801124-97.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO]

Autor(a): RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e arts. 8º e 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do CPC.

Certifique-se a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.

CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR ou outro meio idôneo, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, os quais arbitro desde já no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por economia processual, no prazo de defesa a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC), podendo, no mesmo prazo, apresentar seus quesitos a serem respondidos pela perícia, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

NOMEIO o Dr. **Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM/PB 8679**, cujos dados estão disponíveis na escrivania, para a realização do exame pericial, independentemente de compromisso.

Após os prazos dos itens 3 e 5, comunique-se o perito acerca da sua nomeação, por e-mail, requisitando desde já, data e horário para realização de perícia no Fórum de Pombal/PB. Com a informação intinem-se as partes para, no dia e hora indicados, comparecerem ao local de realização da perícia médica.



Cientifique-se o perito, informando-lhe de que deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, além dos seguintes quesitos do Juízo: a) Há lesão nos membros inferiores do autor que lhe cause debilidade? b) As lesões comprometem as funções de que membros? c) Qual o grau de debilidade provocada pelas lesões identificadas?

Após a apresentação do laudo pericial, intinem-se as partes para se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Adotem-se as providências necessárias ao pagamento do perito, depois de apresentado o laudo, expedindo o competente alvará ou transferindo-se os honorários periciais para conta bancária de titularidade do *expert*.

Em seguida, venham os autos conclusos.

Cumpra-se com os expedientes e diligências necessárias.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 8.075,00

